

**PARECER 37/2014**

**PROJETO DE LEI Nº 22/2014**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

**RELATOR VEREADOR CLEUBER MICHIRRA**

## **RELATÓRIO**

De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe “Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre o piso salarial dos profissionais que especifica e dá outras providências”.

Versa a matéria sobre a aplicação do piso salarial aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE, conforme fixado na Lei nº Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014.

Publicada, a proposição foi distribuída às Comissões de Legislação, Justiça e de Redação e a de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 168, combinado com o art. 88, II, “b”, do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de assunto de interesse do Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado.

Ademais, não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza compete exclusivamente ao Prefeito, nos termos do art. 58, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

No plano jurídico-constitucional, cumpre ressaltar que a Lei Federal nº 12.994, de 2014, que alterou a Lei nº 11.350, de 2006, instituiu o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e Agentes de Combate às Endemias – ACE, fixando-o em R\$ 1.014,00 ( mil e quatorze reais) mensais, para uma jornada de trabalho de 40 ( quarenta ) horas semanais.

Nesse contexto, observa-se, portanto, que o presente projeto de lei está em conformidade com esta nova previsão legal, buscando garantir a observância deste piso salarial aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias que atuam no município de Arinos.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, concluo pela constitucionalidade, juridicidade e legalidade do Projeto de Lei nº 22, de 2014.

Sala das Reuniões, 18 de setembro de 2014.

**Vereador CLEUBER MICHIRRA**  
**Relator**